

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: UMA INTERPRETAÇÃO

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA*

A Revolução Federalista de 1893, bem como o conflito entre chimangos e maragatos que teve lugar durante a República Velha no Rio Grande do Sul, pode ser interpretada por diversos enfoques analíticos. Um deles, por exemplo, enfatiza a divisão das elites gaúchas no que tange às relações com o governo federal, vinculando os chimangos com o situacionismo federal, após a proclamação da república, e os maragatos como saudosistas do Império, críticos da descentralização e do presidencialismo. Outro enfoque detém-se no conflito ideológico: o positivismo dos republicanos e o liberalismo oposicionista.

Sem negar que esses enfoques chamam atenção para aspectos relevantes dos conflitos políticos gaúchos, cabe explorar, com qualquer pretensão determinista, as relações econômicas e sua expressão nos quadros político e ideológico. Desse ponto de vista, cabe ressaltar que, durante o século XIX, a economia gaúcha caracterizava-se como primordialmente pecuário-charqueadora: as estatísticas apontam que em 1861 cerca de 75% das exportações deviam-se a apenas dois produtos: charque e couros. Nesse momento a metade sul da Província — a Campanha — era hegemônica: nela localizam-se as charqueadas e as fazendas, em campos de melhor qualidade que do norte, na Serra e no Planalto. Pelotas era o centro econômico e o porto do Rio Grande o escoadouro da produção. O trabalho escravo dominava nas charqueadas e o agregado — o peão — nas estâncias, grandes propriedades de descendentes de espanhóis e portugueses.

Apesar de hegemônica, a economia pecuário-charqueadora enfrentava crises freqüentes ao longo do século XIX. As quantidades exportadas estagnavam e as dificuldades de mercado consumidor cresciam, com a concorrência platina. Por outro lado, nasciam, ao norte do Rio Grande, duas outras economias. A da Serra, com pequena propriedade imigrante alemã e italiana, e a do Planalto, onde criava-se o gado bovino em propriedades menores, e também com certa diversificação agrícola e da própria criação (suínos, por exemplo). Com isso, ao final do Império fica evidente que a Campanha perdia posição relativa em termos econômicos frente à economia nascente e diversificada da Serra e do Planalto: o Rio Grande produz banha, feijão, erva-mate, milho, trigo, cana-de-açúcar, lentilhas, batatas, etc., além do arroz, produzido na região central.

* Professor Titular e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Até a proclamação da República, o Partido Liberal liderava a política gaúcha, com nomes de expressão, como Gaspar Silveira Martins, e tendo como principal sustentáculo os fazendeiros e charqueadores da Campanha. Embora parte destes tenham passado a apoiar o novo regime, após a proclamação, sob a liderança de Silveira Martins constituiu-se o Partido Federalista, de oposição, que emprestaria seu nome à revolta de 1893. Isso não significa que a maior parte dos fazendeiros e charqueadores fosse maragata, mas que a oposição recrutou boa parte de seus quadros entre estes.

Tal quadro configurou uma extrema instabilidade política no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República, dificultando sua consolidação e acirrando os conflitos com o governo federal. Conquanto fosse considerado monarquista, o Partido Federalista parecia aderir à República (embora alguns de seus membros continuassem monarquistas) mas defendia o parlamentarismo e criticava a excessiva descentralização — um “confederacionismo”, segundo eles, e não federalismo. Mas além das discordâncias políticas *stricto sensu*, havia diferença em nível econômico. Para explicitá-las, convém ressaltar que federalistas e republicanos percebiam de forma diferente a crise econômica por que passava a economia pecuário-charqueadora, e frente a ela propunham diferentes alternativas. Como se dois planos econômicos (e políticos) estivessem em conflito.

Os federalistas entendiam basicamente a crise como fruto do descaso dos governos estadual e federal. Responsabilizavam o governo pelos altos custos da produção pecuária, devido à inexistência de estradas e portos, e pelos baixos preços devido à importação a taxas tidas como privilegiadas dos similares produtos platinos. Defendiam, portanto, palavras de ordem politicamente liberais, como crítica à ditadura militar que teve lugar com Deodoro e Floriano, mescladas com solicitações de protecionismo e menor ingerência do Estado na economia (que, a seu ver, ao intervir, intervinha errado, abandonando a pecuária mas sobre ela fazendo recair os custos, através de impostos). Defendiam a especialização do Rio Grande na pecuária, recorrendo à teoria liberal das vantagens comparativas. O governo, assim, ao intervir em nome do “interesse social”, de cunho positivista, deixava de reconhecer que os interesses estaduais coincidiam com os dos próprios fazendeiros e charqueadores. Essa postura, de fato, mostra a perda de hegemonia do setor, incapaz de universalizar socialmente seus interesses e discurso. Os federalistas propunham um governo federal mais atuante, sem todavia defenderem o centralismo puro e simples —, de modo que se impedisse que os governos estaduais taxassem a produção “nacional”, como o charque. Entretanto, o governo federal deveria ser democratizado, possibilitando acesso às oligarquias regionais, o que seria possível num governo colegiado parlamentarista.

Já os republicanos, aglutinados no PRR, eram franca minoria quando da Proclamação, e só chegaram ao poder devido às mudanças na política nacional. Adeptos do positivismo através da liderança máxima de Júlio de Castilhos, defendiam um governo estadual forte e centralizado no poder executivo — a “ditadura científica” —, mas tendo como contrapartida uma ampla autonomia dos Estados. Republicanos e presidencialistas, os “chimangos” defendiam princípios programáticos opostos aos dos “maragatos” também na economia.

O PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) entendia a crise econômica estadual como fruto da própria economia exportadora, que dependia de mercados externos (“de fora do Estado”) para sua expansão. Propunham incentivar a policultura a fim de tornar a economia menos exposta às crises, através da diversificação. O Partido não hostilizava a pecuária — muitos de seus membros eram pecuaristas e charqueadores —, mas divergiam quanto à especialização nesse ramo proposta pelos maragatos. Além disso, vislumbravam certa forma de industrialização — as “indústrias naturais”, as quais beneficiavam matérias-primas locais — como forma de valorizar a produção pecuária. Defendiam a instalação de frigoríficos (no que contou com o apoio dos fazendeiros) e o incentivo à agricultura, afastando-se destes e aproximando-se dos pequenos e médios proprietários da Serra e do Planalto. Nesse aspecto, o PRR compôs um grande bloco político, no qual incluíam-se comerciantes, industriais e proprietários rurais, mas sem conquistar integralmente estes últimos. O PRR também defendia a política de imigração e a concessão de títulos de propriedade aos imigrantes, conquanto nesse aspecto o discurso fosse muito mais afoito que a própria prática política.

A Revolução Federalista surge nesse contexto, em que divergências econômicas e políticas dividem as elites estaduais. Afirmada a supremacia republicana com a derrota dos maragatos, inaugura-se no Rio Grande do Sul um clima de aparente estabilidade com a hegemonia do PRR, mas com a latente crise que voltaria em nova revolta em 1923. Ao final dos anos 20, a situação se modifica com a própria diversificação econômica do Estado. Ao se expandir a policultura, o que atesta o êxito da política econômica governamental, o Rio Grande precisa do mercado nacional não só para a pecuária e seus derivados. A consciência da importância de participação na política nacional difunde-se entre os políticos mais jovens do PRR, ensejando a união de chimangos e maragatos na formação da Aliança Liberal.